

ACTA nº 58/XII/ 2.ª SL

Em 25 de Setembro de 2012, pelas 17 horas e 10 minutos, reuniu a Comissão de Negócios estrangeiros e Comunidades portuguesas, na sala 6, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte

Ordem do Dia:

1. Informações.

2. Distribuição de iniciativas:

Proposta de Resolução nº 45/XII/1ª - Aprova o Protocolo Modificativo da Convenção entre Portugal e a Suíça para Evitar a Dupla Tributação em Matéria de Impostos sobre o Rendimento e sobre o Capital e do seu Protocolo Adicional, assinados em Berna, em 26 de setembro de 1974, assinado em Lisboa, a 25 de junho de 2012.

Proposta de Resolução nº 46/XII/1ª - Aprova o Protocolo que Altera a Convenção entre a República Portuguesa e a República de Singapura para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento, assinado em Singapura, a 28 de maio de 2012.

3. Apreciação de pareceres:

Proposta de Resolução nº 41/XII/1ª - Aprova as alterações à lista de compromissos específicos das Comunidades Europeias e seus Estados-Membros em matéria de serviços, anexa ao Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços, resultantes das Cartas Conjuntas das Comunidades Europeias e dos seus Estados-Membros, por um lado, e a Argentina, a Austrália, o Brasil, o Canadá, a China, o Território aduaneiro distinto de Taiwan, Penghu, Kinmen e Matsu, a Colômbia, Cuba, o Equador, Hong-Kong (China), os Estados Unidos da América, a Índia, o Japão, a Coreia, a Nova Zelândia, as Filipinas, a Suíça e os Estados Unidos da América, por outro lado, bem como dos Relatórios sobre o resultado das negociações conduzidas de acordo com a alínea a) do n.º 2 do Artigo XXI do Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços (GATS).

(PCP);

Proposta de Resolução nº 42/XII/1ª - Aprova o Acordo Intercalar para um Acordo de Parceria Económica entre a Comunidade Europeia e os Seus Estados-Membros, por um lado, e a Parte África Central, por outro, assinado em laundé, em 15 de janeiro de 2009 e em Bruxelas em 22 de janeiro de 2009. (BE);

Proposta de Resolução nº 43/XII/1ª - Aprova o Protocolo Facultativo à Convenção contra a Tortura e outras Penas ou Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes, adotado pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em Nova Iorque, em 18 de dezembro de 2002, Deputada Relatora Mónica Ferro (PSD).

4. Controlo Interparlamentar da PESC e da PCSD.
5. Audições regimentais do MENE na 2ª Sessão Legislativa.
6. Aprovação da ata nº 57, da reunião de 18 de setembro de 2012.
7. Outros assuntos.

Depois de verificado o quorum, o Senhor Presidente da Comissão começou a dirigir os trabalhos da Comissão e deu início à reunião com o

Ponto nº 1 da OD

O Senhor Presidente da Comissão deu informações sobre possíveis reuniões:

- deu entrada um pedido de audiência da Associação sindical dos Diplomatas portugueses, que ficou de ser agendada para a próxima reunião da Comissão, e

- o a Comissão de Defesa nacional propôs à Comissão uma articulação para a apreciação do Projecto de Resolução nº 353/XII (PCP), que recomenda ao Governo que adopte medidas em defesa dos direitos dos trabalhadores portugueses da Base das Lages, tendo

o Senhor Deputado Bernardino Soares concordado com a proposta,

a Senhora Deputada Gabriela Canavilhas defendido a consulta do trabalho já desenvolvido pelos órgãos de Governo regionais dos Açores, dialogando com

o Senhor Presidente da Comissão, que, após consenso entre os Senhores Deputados presentes dos Grupos parlamentares do PSD, do PS, do CDS/PP e do PCP, dará sequência a esta reunião conjunta.

Ponto nº 2 da OD

O Senhor Presidente da Comissão informou terem dado entrada na Comissão:

- a Proposta de Resolução nº 45/XII/1ª - Aprova o Protocolo Modificativo da Convenção entre Portugal e a Suíça para Evitar a Dupla Tributação em Matéria de Impostos sobre o Rendimento e sobre o Capital e do seu Protocolo Adicional, assinados em Berna, em 26 de setembro de 1974, assinado em Lisboa, a 25 de junho de 2012, que foi distribuída ao Grupo parlamentar do PSD, que elaborará o respectivo parecer, e

-a Proposta de Resolução nº 46/XII/1ª - Aprova o Protocolo que Altera a Convenção entre a República Portuguesa e a República de Singapura para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento, assinado em Singapura, a 28 de maio de 2012, que foi distribuída ao Grupo parlamentar do PSD, que elaborará o respectivo parecer.

Ponto nº 3 da OD

O Senhor Deputado Bernardino Soares abordou a metodologia de agendamento das iniciativas, dialogando com o Senhor Presidente da Comissão.

O Senhor Deputado João Ramos apresentou, detalhadamente, o projeto de Parecer, que elaborara na qualidade de Relator da Proposta de Resolução nº 41/XII/1ª - Aprova as alterações à lista de compromissos específicos das Comunidades Europeias e seus Estados-Membros em matéria de serviços, anexa ao Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços, resultantes das Cartas Conjuntas das Comunidades Europeias e dos seus Estados-Membros, por um lado, e a Argentina, a Austrália, o Brasil, o Canadá, a China, o Território aduaneiro distinto de Taiwan, Penghu, Kinmen e Matsu, a Colômbia, Cuba, o Equador, Hong-Kong (China), os Estados Unidos da América, a Índia, o Japão, a Coreia, a Nova Zelândia, as Filipinas, a Suíça e os Estados Unidos da América, por outro lado, bem como dos Relatórios sobre o resultado das negociações conduzidas de acordo com a alínea a) do n.º 2 do Artigo XXI do Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços (GATS), tendo o Senhor Deputado Paulo Pisco sublinhado não coincidir com a opinião do Relator expressa no parecer em apreciação, e a Senhora Deputada Mónica Ferro intervido em sentido idêntico, após o que o Senhor Presidente da Comissão colocou à consideração o projeto de Parecer apresentado, que foi aprovado por unanimidade, com os votos dos Senhores Deputados presentes dos Grupos parlamentares do PSD, do PS, do CDS/PP e do PCP.

Ponto nº 4 da OD

O Senhor Presidente da Comissão enquadrou este ponto na continuação da anterior reunião da Comissão.

O Senhor Deputado António Rodrigues interveio, referindo o Relatório da participação na 1ª Conferência interparlamentar para a Política Estrangeira e de Segurança Comum, realizada em Chipre, sublinhando a necessidade de aclarar a futura participação das comissões na Delegação da Assembleia da República.

Notou que não ficou conhecida a origem dos participantes nas respectivas comissões dos restantes parlamentos presentes nesta 1ª Conferência interparlamentar, informação que considerou ter utilidade vir a conhecer para uma decisão esclarecida quanto à composição da Delegação portuguesa, mesmo naqueles parlamentos em que não há distinção entre assuntos europeus e negócios estrangeiros, e que poderá ser obtida, nomeadamente, através do Antena da Assembleia da República em Bruxelas, cujo apoio em Chipre elogiou.

Referiu-se à relevância dos debates sobre as problemáticas do Mediterrâneo, concluindo que quanto mais plural fôr a participação melhor, nesta Conferência que veio para ficar.

O Senhor Deputado Paulo Pisco, na sequência da sua intervenção na anterior reunião, recordou a orientação da Conferência de Varsóvia, seguida consensualmente em Chipre, no sentido de competir a cada parlamento definir a sua própria participação. Concordou com a relevância da informação sobre a composição das delegações dos parlamentos presentes em Chipre, até no sentido de saber qual a tendência comum europeia nesta questão.

Sublinhou que a solução a adoptar deverá ser discutida e tomada no âmbito das presidências das Comissões envolvidas.

O Senhor Presidente da Comissão recordou a carta enviada à Presidente da Assembleia da República, que ficou de apresentar esta questão, para discussão, na Conferência de Presidentes das Comissões e proposta para deliberação em Plenário, e considerou muito útil a sugestão do Senhor Deputado António Rodrigues de recolha das informações sobre a participação dos outros parlamentos.

Ponto nº 5 da OD

O Senhor Presidente da Comissão informou estarem em apreciação as datas propostas para as audições regimentais do MENE nesta 2ª Sessão Legislativa

1. em novembro no âmbito do OE/2013,
2. 8 de Janeiro,
3. 23 de Abril e

4. 25 de Junho,
dialogando com os Senhores Deputados Maria de Belém Roseira e António Rodrigues, não havendo oposição a estas datas, que, assim, se consideraram aprovadas.

Ponto nº 6 da OD

O Senhor Presidente da Comissão informou estar em apreciação a ata nº 57, da reunião de 18 de setembro de 2012, que colocou à consideração dos Senhores Deputados presentes do PSD, do PS, do CDS/PP e do PCP, tendo o Senhor Deputado Paulo Pisco proposto uma alteração no ponto nº 5, após o que o Senhor Presidente da Comissão, não havendo outras reservas, a considerou, assim, aprovada.

A reunião foi encerrada às 17 horas e 35 minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Estiveram ausentes em trabalho parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Palácio de São Bento, 28 de setembro de 2012.

O Presidente da Comissão



(Alberto Martins)